

TEORIAS DA JUSTIÇA

## Sistema e silogismo em *O Capital* System and syllogism in *Marx's Capital*

Agemir Bavaresco<sup>1</sup>  
Eduardo Garcia Lara<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Os empreendimentos intelectuais de Hegel e Marx continuam relevantes para um exame do mundo contemporâneo. Ambos os autores analisaram, ainda que a partir de diferentes abordagens, elementos importantes das sociedades capitalistas modernas. Traçar as conexões precisas entre os dois pensadores, no entanto, ainda é um desafio—muito embora atualmente seja claro que essas relações não são de idealismo versus materialismo, mas, que envolvem, precisamente, a superação desse dualismo, conforme mostraram as tradições do Marxismo Ocidental e da Teoria Crítica. Em sua versão anglófona, essas investigações cresceram e se expandiram em diferentes tendências, entre essas, notadamente, a *Nova Dialética*. Este artigo tem como objetivo analisar a teoria hegeliana do silogismo como chave para a leitura de *O Capital* de Marx, tal como proposto por Tony Smith. Para isso, o artigo procura reconstruir a interpretação que Smith oferece da teoria hegeliana do silogismo e suas aplicações para a *Filosofia do Direito* de Hegel, bem como para *O Capital* de Marx. De acordo com Smith, *O Capital*, a apresentação das articulações dialéticas das categorias da economia política no modo de produção capitalista como ordem social específica, deriva sua capacidade crítica e sua coerência científica precisamente do recurso à teoria do silogismo hegeliana—que permite a Marx analisar os processos do mundo social como entidades orgânicas constituídas pela articulação de momentos de universalidade, particularidade e individualidade. O resultado é uma investigação que busca aproximar a Lógica de Hegel a *O Capital*.

**Palavras-Chave:** Silogismo; Sistema; Economia Política; Nova Dialética;

---

<sup>1</sup> Professor Programa Pós-Graduação de Filosofia/PUCRS. < abavaresco@pucrs.br >

<sup>2</sup> Doutorando Programa Pós-Graduação de Filosofia/PUCRS/Bolsista CAPES.  
<eduardo-gl@hotmail.com>



**Abstract:** Hegel's and Marx's intellectual undertakings remain relevant to an examination of our world. Both authors have elaborated, from different approaches, on important elements concerning modern capitalist societies. Tracing the precise connections between both thinkers, nevertheless, is still a challenge—even though it is now clear that these relationships are not one of idealism versus materialism, but, precisely, the overcoming of such dualism, as Western Marxism and Critical Theory have shown. In its Anglophone version, those inquiries grew and expanded upon different trends, among those, remarkably, *New Dialectics*. This article aims to analyze Hegel's theory of syllogism as a key to reading Marx's *Capital* as it has been proposed by Tony Smith. To this end, the paper seeks to reconstruct Smith's interpretation of Hegel's theory of syllogism and its applications for Hegel's *Philosophy of Right* as well as to Marx's *Capital*. According to Smith, Marx's *Capital*, the presentation of the dialectical articulations of the categories of political economy in the capitalist mode of production as a specific social order, derives its critical power and scientific coherence precisely from its use of Hegel's theory of syllogism—which allows Marx to analyze the processes in the social world as organic entities constituted through the articulation of moments of universality, particularity, and individuality. The result is an investigation that seeks to bring Hegel's Logic closer to Marx's *Capital*.

**Keywords:** Syllogism; System; Political Economy; New Dialectics.

---

## INTRODUÇÃO

O debate acerca das continuidades e descontinuidades entre Hegel-Marx tem sido recorrente na historiografia da Filosofia desde o final do séc. XIX. De maneira sintética, pode-se dividir os intérpretes da relação entre Hegel e Marx em dois grandes flancos: de um lado, aqueles que desejam depurar o pensamento de Marx das influências hegelianas (*e.g.*, Galvano della Volpe, Lucio Colletti e Louis Althusser) e, de outro, aqueles que desejam manter a relação Hegel-Marx e tomam o segundo como um materialista situado, de alguma forma, no quadro conceitual do primeiro (*e.g.*, Georg Lukács, Herbert Marcuse). O segundo grupo, por sua vez, caracterizou-se pela divisão em três grandes eixos temáticos que, em diversos momentos, misturam-se e retroalimentam-se de acordo com o modo como seus intérpretes entenderam o sistema hegeliano e os *loci* de seus argumentos-chave: aqueles que viram as ideias da práxis subjetiva e ontologia social como os elos que ligam Hegel a Marx julgaram a *Fenomenologia do Espírito* o texto fundamental de Hegel; aqueles, por sua vez, que tenderam a comparar os pontos de vista de Hegel e Marx sobre política, sociedade civil e os fundamentos do Estado, tomaram a *Filosofia do Direito* como texto principal de Hegel; e, finalmente, aqueles que enxergaram o eixo do marxismo hegeliano e, portanto, da continuidade

entre Hegel e Marx, a explicação nas ciências sociais através do recurso à *Ciência da Lógica*. Essa reconstrução da relação entre Hegel e Marx a partir dos pressupostos estruturais de *O Capital* tem várias interpretações; não obstante, em perspectiva geral, afirma-se que diversos aspectos da ciência dialético-sistemática de Hegel, são relevantes à compreensão de *O Capital* na medida em que esse viu o capitalismo como um sistema de elementos e processos interdependentes em que a ordem expositiva das categorias é disposta para explicitar conceitualmente um todo concreto existente, empreendimento discutido pela primeira vez por filósofos alemães na esteira de Adorno (e.g., Alfred Schmidt, Hans-Georg Backhaus, Helmut Reichelt e Michael Henrich)<sup>3</sup>.

No âmbito da filosofia anglófona, diversos autores buscaram reconstruir a teoria marxista a partir da ciência dialético-sistemática hegeliana. Uma série de análises acerca da relação entre a *Ciência da Lógica*, de G. W. F. Hegel, e *O Capital* de K. Marx tem aparecido na literatura recente sob a denominação abrangente “Nova Dialética” ou “Dialética Sistemática” (e.g., Christopher J. Arthur, Patrick Murray, Geert Reuten e Tony Smith), cujos autores procuram distinguir-se daquela que consideram a “antiga” dialética marxista, a Diamat<sup>4</sup> expressa na dialética histórica e, de maneira geral, nas interpretações lógico-históricas de *O Capital*, na medida em que não se preocupariam com a influência de Hegel sobre a teoria da história de Marx e com o eventual triunfo do socialismo, mas com a influência da Lógica de Hegel na teoria marxiana do capitalismo em *O Capital* numa sociedade histórica específica através da construção de uma dialética sistemática que articule as relações dessa ordem social determinada—i.e., o capitalismo, em oposição a uma dialética histórica dos sistemas sociais. No contexto da literatura marxista de língua inglesa, estes autores reagem, de maneira geral, contra o “marxismo analítico”— sobretudo no que diz respeito às suas pautas

<sup>3</sup> Para uma revisão dessa literatura, BELLOFIORE, R.; REDOLFI, T. R. The Neue Marx-Lektüre. Putting the critique of political economy back into the critique of society. *Radical Philosophy*, n. 189, p. 24–36, 2015; WOLF, D. Kritische Theorie und Kritik der politischen Ökonomie. Eine kritische Auseinandersetzung mit Schriften von Hans-Georg Backhaus und Helmut Reichelt. In: WOLF, D.; PARAGENINGS, H. (Eds.). *Zur Konfusion des Wertbegriffs: Beiträge zur “Kapital“-Diskussion*. Hamburg: Argument-Verlag, 2004. A chave de leitura da relação Hegel-Marx é fornecida por LEVINE, N. *Divergent Paths: The Hegelian foundations of Marx’s method*. Maryland: Lexington Books, 2006. Ver também, para uma breve história da relação entre os dois filósofos, FRASER, I.; BURNS, T. Introduction: An Historical Survey of the Hegel–Marx Connection. In: BURNS, T.; FRASER, I. (Eds.). *The Hegel–Marx connection*. New York: St. Martin’s Press, 2000. p. 1–33. Sobre a *Nova Dialética*, KINCAID, J. The New Dialectic. In: BIDEF, J. (Ed.). *Critical companion to contemporary Marxism*. Historical materialism. Leiden; Boston: Brill, 2008.

<sup>4</sup> O termo “Diamat” é um acrônimo para “materialismo dialético” (em alemão, *dialektischer Materialismus*), expressão forjada por Joseph Dietzgen e vulgarizada em escritos marxistas stalinistas que parecem comprometer o sentido marxiano de sua concepção materialista da história.

demasiadamente pragmáticas, informadas por teorias da escolha racional e pelo individualismo metodológico.

Em outras palavras, trata-se de um programa que gira, grosso modo, em torno da chave de leitura de acordo com a qual Engels e as abordagens histórico-materialistas não compreenderam *O Capital* tanto no que diz respeito à dialética da natureza quanto no que concerne a uma interpretação lógico-histórica da mesma obra.<sup>5</sup> De acordo com essa análise, em *O Capital*, há fases de narrativa histórica (e.g., a seção final do Volume 1, sobre a acumulação primitiva de capital). Há também uso de evidência empírica (como na jornada de trabalho). No entanto, esses estão estritamente subordinados a uma abordagem do capitalismo como um sistema autossustentável de elementos interdependentes. A nova dialética argumenta que a Lógica de Hegel exerce influência central em *O Capital* porque permitiu que Marx desenvolvesse um tipo de argumento em que os mecanismos essenciais do capitalismo como sistema poderiam ser explicados e criticados em termos de interdependência e necessidade dialética. A ordem de apresentação destas categorias não coincide, então, com a ordem em que aparecem na história (SMITH, 1990, p. 4-5).

No sentido mais especulativo, o modo do ser aí de um conceito e sua determinidade são uma e a mesma coisa. Mas é de se notar que os momentos, cujo resultado é uma forma ulteriormente determinada, precedem a ele enquanto determinações conceituais no desenvolvimento científico da ideia, mas não o precedem enquanto configurações no desenvolvimento temporal. Assim a ideia, tal como determinada enquanto família, tem por pressuposto as determinações conceituais de que ela será a exposição no que segue como resultado (HEGEL, 2010, §32, anotação).

Dois foram os principais ímpetus a essa interpretação: as leituras não-metafísicas de Hegel (sobretudo na filosofia de língua inglesa) e a edição completa das obras de Marx e Engels (o MEGA, iniciada em 1927)—dentre as quais a publicação dos *Grundrisse* (escritos em 1857-1858, mas publicados em 1939-1941) talvez tenha exercido a influência mais significativa. Dentre essas obras, a publicação dos *Grundrisse* (escritos em 1857-1858, mas publicados em 1939-1941) talvez tenha desempenhado o papel mais significativo nas interpretações de *O Capital*. Para esses intérpretes, o eixo do marxismo hegeliano e, portanto, da interpretação das continuidades e rupturas de Marx em relação a Hegel, deixa, então, de ser as ideias de práxis subjetiva e ontologia social e passa a ser a

---

<sup>5</sup> De acordo com Fred Moseley, na leitura engelsiana de *O Capital*, as categorias lógicas de Marx correspondem a uma periodização esquemática do processo real da história. Essa interpretação se assenta no pressuposto de que o tema da Parte 1 do Volume I não é o capitalismo, mas uma “produção de mercadorias simples” pré-capitalista em que os produtores possuem seus próprios meios de produção e não há trabalho assalariado (MOSELEY, 1993).

explicação nas ciências sociais. Essa abordagem da continuidade entre Hegel e Marx numa determinada ordem social como um sistema de relações categoriais específico utiliza o método dialético para analisar a realidade social capitalista. A partir da leitura de autores de uma interpretação “não-metafísica” de Hegel, Tony Smith<sup>6</sup> argumenta que a Lógica de Hegel pode ser interpretada em termos materialistas.

O argumento de Smith é que a “lógica dialética [...] é [...] o conjunto de regras em operação quando estabelecemos as transições de categorias simples e abstratas às [categorias] complexas e concretas” (SMITH, 1993, p. 97, tradução dos autores). Essa abordagem<sup>7</sup>, identificou na obra de Hegel o empreendimento de estabelecer a maneira pela qual o pensamento deve funcionar a fim de produzir uma reconstrução inteligível do mundo real.

No sentido [hegeliano do termo][,] a “racionalidade” de qualquer [âmbito][...] ontológico é constituída por uma completa mediação de universalidade, particularidade e singularidade [nesse âmbito]. Tal racionalidade é estabelecida teoricamente [a partir da reconstituição das] determinações fundamentais [desse âmbito][...] como um sistema de silogismos no qual cada uma das funções do conceito [universalidade, particularidade, individualidade], na medida em que é [mediada] para se fundir com o outro extremo, é unido a si próprio e produz a si mesmo (SMITH, 2014, p. 28, tradução dos autores).

De acordo com essa análise, a Lógica de Hegel é um exame sistemático das categorias que a ciência e a filosofia precisam a fim de compreender o universo de forma racional e científica. O que é necessário, portanto, é uma teoria que capte a complexidade da realidade aqui, evitando todo reducionismo unilateral. A fim de analisar a interpretação silogística de *O Capital* fornecida por Smith, o presente artigo reconstrói brevemente sua interpretação da teoria hegeliana do silogismo e sua aplicação à *Filosofia do Direito* e ao *O Capital*.

## 1. O SILOGISMO SEGUNDO TONY SMITH

A Lógica de Hegel é composta de uma progressão de categorias. Algumas destas categorias definem princípios, quadros explicativos gerais; outras, quadros gerais do que deve ser explicado; além dessas, outras ainda definem os dois ao mesmo tempo. O que é principiado é sempre uma multiplicidade, um conjunto de diferenças. A dialética do princípio e do principiado pode ser descrita em termos de uma “unidade de unidade na diferença”. Um princípio, para Hegel, não é simplesmente

<sup>6</sup> Tony Smith é professor no Departamento de Filosofia da Iowa State University.

<sup>7</sup> Tony Smith cita nomeadamente os trabalhos de Hartmann (1972, 1979), Pinkard (1979, 1988) e White 1983.

uma categoria que empregamos para fazer o que é principiado inteligível para nós. Um princípio não deve ser tomado como algo meramente subjetivo, pois capta a inteligibilidade do que é em si mesmo objetivo. Em outras palavras, para Smith, o termo princípio deve ser tomado em um sentido ontológico em vez de epistemológico. Para ele, Hegel assume um conjunto de determinações objetivas fundamentais do mundo que podem ser compreendidas pelas determinações do nosso pensamento. Nesse sentido, podemos pensar o pensamento e construir uma ordenação das suas determinações essenciais. Assim, uma vez que podemos compreender o mundo, a ordenação das determinações essenciais do nosso pensamento será também o ordenamento das determinações essenciais do mundo. Para Smith, a lógica de Hegel, ainda que pareça idealista, na medida em que concerne às determinações do pensamento, está baseada, entretanto, na premissa de que essas determinações materialistas de pensamento correspondem às determinações da realidade.

Smith explica que dizer que a dialética é desempenhada em diferentes níveis é dizer que há diferentes maneiras em que a unidade da unidade e da diferença podem ser categorizadas, algumas um pouco mais complexas e concretas que outras. Assim, sua leitura considera a teoria do silogismo como etapa na ordenação das diferentes estruturas de “princípio” e “principado”. Nem todos os princípios e nem todos os modos de categorização dos “principiados” estão no mesmo nível. Determinados princípios são mais complexos que outros, capazes de compreender estruturas explicativas mais concretas—o mesmo vale para as estruturas que definem o que deve ser explicado. A estrutura “silogismo-objeto” é ainda mais concreta e complexa que as estruturas anteriores como “Fundamento-Existência” (SMITH, 1993, p. 9-10) e “Correlação-Efetividade” (SMITH, 1993, p. 9-10). Quando uma mediação se baseia na natureza essencial do que é mediado, a relação é mais complexa e concreta que uma mera correlação que pode ou não ser exterior ao que é correlacionado. “A Lógica de Hegel capta essa diferença [...] através da [...] ordenação sistemática de categorias”, começando pelas “[...] categorias [...] mais abstratas e simples e [prossequindo,] passo a passo[,] a etapas progressivamente mais concretas e complexas” (SMITH, 1993, p. 8-9, tradução dos autores), o que nos leva ao ponto culminante da Lógica como um todo. O que torna estas últimas distintas é que as correlações externas não decorrem da natureza essencial do que é correlacionado.

Voltando-se ao que deve estar baseado em princípios (o objeto, no sentido hegeliano do termo), Hegel escreve o conhecido aforisma de que “tudo o que é racional é um silogismo”. Ou seja, todo o inteligível, na medida em que é inteligível, é um universal que através da particularidade é unido com a individualidade. As mesmas duas características descritas acima concernem ao principiado (o objeto) como ao princípio (o silogismo). Como princípio, o silogismo conecta três

momentos: universalidade (U), particularidade (P) e individualidade (I)<sup>8</sup>. Como principiados, os objetos são indivíduos mediados por particularidades essenciais a eles enquanto indivíduos, e essas particularidades, por sua vez são mediadas através de um universal essencial às particularidades. Como princípio, nenhuma premissa é suficiente para captar a inteligibilidade do seu objeto e qualquer tentativa de concluir que há uma ligação entre I e U através de premissas que asserem uma conexão entre I-P e P-U deixa estas últimas afirmações injustificadas. Da mesma forma, qualquer tentativa de derivar P-U de P-I e I-U deixa as duas últimas premissas sem mediação; e, finalmente, qualquer tentativa de conectar I-P através de I-U e U-P trata essas premissas como simplesmente dadas imediatamente.

I-P-U, P-I-U e I-U-P [...] são as três figuras tradicionais da teoria aristotélica do silogismo. Na sua interpretação mais abstrata[,] essas três figuras compõem o silogismo da Existência [Ser aí]. No próximo nível [...], o silogismo da reflexão, as mesmas três figuras recebem uma interpretação provisória mais adequada no silogismo da totalidade [Todidade], o silogismo da indução [...] e o silogismo da analogia. Uma interpretação ainda mais concreta e complexa deles vem com o silogismo Categórico, o silogismo hipotético e o silogismo disjuntivo. Em conjunto, estas três figuras compõem o silogismo da necessidade. Finalmente, o silogismo da existência, o silogismo da reflexão e o silogismo da Necessidade [...] são interpretados em termos das imagens I-P-U, P-I-U, e I-U-P [...]. [...] o que é importante notar é a insistência de Hegel que, em qualquer nível[,] [...] um dos três deve ser mediado pelos outros dois a fim de fornecer uma explicação adequada. (Hegel também aborda o silogismo matemático no final da seção sobre o silogismo da existência [ser aí], mais para induzir o que ele considerava ser o axioma básico de matemática do que para qualquer outra coisa) (SMITH, 1993, nota n° 5, p. 12, tradução dos autores).

Para silogismos operarem como princípios, um sistema de todas as três figuras do silogismo é necessário – I-P-U, P-I-U, e I-U-P. Apenas o sistema de silogismos como um todo (Ser aí, Reflexão e Necessidade) serve enquanto princípio de explicação a este nível de teoria. Smith encontra duas características principais aqui: em primeiro lugar, cada determinação é completamente mediada com as outras duas; e, em segundo, cada determinação leva por sua vez o papel do meio-termo, cuja função é mediar os extremos em uma única totalidade. Cada determinação do objeto é completamente mediada com os outros dois. E não se pode exigir qualquer prioridade ontológica final ao objeto individual, para as

<sup>8</sup> Smith utiliza a palavra inglesa *Individuality* (individualidade) para traduzir o termo alemão *Einzelheit*. Embora, na língua portuguesa, utilize-se nas traduções de Hegel, em seu lugar, o termo “Singularidade”. No presente artigo, manteremos o termo “Individualidade” considerando as aplicações que o autor faz em sua análise.

particularidades essenciais a ele ou para o essencial universal a essas particularidades. Ontologicamente cada um desses momentos é em si uma totalidade, cada um igualmente exige a mediação com os outros dois.

## 2. SILOGISMO E TEORIAS SÓCIO-POLÍTICAS

Retomando Hegel, Smith destaca que, na esfera prática, o Estado é um sistema de três silogismos<sup>9</sup>. Ele lembra que nenhum marxista pode aceitar a maneira hegeliana de categorizar o reino sociopolítico em que instituições do Estado podem ter um grau considerável de autonomia relativa. Na sociedade capitalista, as instituições estatais tendem a favorecer os interesses do capital. Nesse sentido, contra Hegel, para Marx, o Estado não pode ser classificado como uma instituição neutra, acima dos interesses particulares da sociedade civil, pois os interesses do capital exercem uma influência desproporcional sobre a política de Estado, o que impede que esse encarne a universalidade reivindicada por Hegel. Da mesma forma, lembra Smith, o nível da sociedade civil não é, como Hegel acredita, simplesmente um reino da particularidade em que os interesses particulares da classe agrícola, a classe executiva e a classe de servos estão em um balanço relativamente harmonioso. Smith remete-se a Marx e lembra que há um antagonismo de classe irreconciliável, dentro da classe agrícola, entre fazendeiros capitalistas e assalariados agrícolas e, dentro da classe industrial, entre capitalistas industriais e trabalhadores assalariados industriais. Assim, ainda que Smith considere Hegel um crítico do capitalismo nascente de seu tempo—embora visse seu próprio trabalho como uma contribuição à regeneração moral e intelectual—, o aparato lógico-ontológico da sua teoria do silogismo é incorporado à teoria de Marx mesmo quando a teoria sócio-política hegeliana é rejeitada. Nesse sentido,

[a] dimensão crítica da Lógica do Conceito de Hegel não deve ser surpreendente àqueles familiarizados com suas avaliações normativas da tirania do antigo Egito, comunidades religiosas sujeitas aos ditames de um Deus externo [...], ou o Terror Absoluto de Robespierre. Todos

---

<sup>9</sup> “[O] Estado é um sistema de três silogismos. 1 - O *singular* (a pessoa) conclui-se juntamente, por meio de sua *particularidade* (as necessidades físicas e espirituais, o que, mais desenvolvido para-si, dá a sociedade civil), com o *universal* (a sociedade [política], o direito, a lei, o governo). 2 - A vontade, atividade dos indivíduos, é o mediatizante, que dá satisfação, implementação e efetivação, às *necessidades* do indivíduo. 3 - Mas o universal (Estado, Governo, Direito) é o meio-termo *substancial* no qual os indivíduos e sua satisfação têm e *mantêm* sua realidade, mediação e subsistência implementadas. Cada uma das determinações, enquanto a mediação a conclui-juntamente com o outro extremo, precisamente aí se *conclui-junto* consigo mesma; produz-se a si mesma, e essa produção é conservação-de-si. É só por meio da natureza dess[e] “concluir-juntamente”, por meio dessa tríade de *silogismos* com os mesmos *termini*, que um todo é verdadeiramente entendido em sua organização” (HEGEL, 2005, §198).

foram condenados por Hegel por terem institucionalizado uma Lógica da Essência em que um poder externo domina os sujeitos humanos (SMITH, 2014, nota nº 42, p. 36, tradução dos autores).

A questão, torna-se, então, se Hegel contribuiu não-intencionalmente ao entendimento do capitalismo ao desenvolver uma Lógica do Conceito homóloga à “lógica do capital”. Entretanto, isso seria verdade, ele sustenta, apenas se fosse possível reconstruir racionalmente a ordem social da troca generalizada de mercadorias como um sistema de silogismos mediando universalidade, particularidade e singularidade. “A lógica do Conceito de Hegel demanda a ‘distinção entre a forma individual do universal o qual [...] é contínuo com aquele que é diferenciado e idêntico [...]’” (SMITH, 2014, p. 30). Isso, entretanto, não pode ser feito no capitalismo. O modo de produção capitalista, de acordo com a leitura de Smith, carecia, pois, de racionalidade no sentido fortemente normativo de Hegel. Nesse sentido, a Lógica do Conceito de Hegel fornece a “estrutura categorial dentro da qual o capital pode ser submetido à crítica, embora o próprio Hegel, sem um conceito adequado de capital, não o reconhecesse” (SMITH, 2014, p. 36, tradução dos autores).

A apresentação de *O Capital* não é unilinear, mas tem um formato em espiral, em que há um retorno repetido para um nível subjacente de abstração na medida em que as categorias abstratas se explicitam em formas cada vez mais complexas e concretas de determinação (SMITH, 1990).<sup>10</sup> Assim, o volume I de *O Capital* começa com a mercadoria como categoria imediata e abstrata — definida simplesmente como bens e serviços produzidos para venda — e termina com um capítulo em que a mercadoria é apresentada não apenas como produto do capital, mas como uma das suas formas em seu circuito produtivo. Marx, porém, evita uma análise mais detalhada do assunto e conforme ele mesmo reconhece, no famigerado posfácio à segunda edição alemã do volume I de *O Capital*,

---

<sup>10</sup> O ponto de partida de *O Capital* é uma totalidade dada, o modo de produção capitalista. Cada nível categorial na teoria sistemática é uma tentativa de compreender essa totalidade. Os primeiros estágios não conseguem definir um todo que possa se reproduzir satisfatoriamente. No entanto, desde o início, sabemos que estamos tentando reconstruir no pensamento um modo de produção que se reproduz. Esta consideração fornece uma justificativa teórica para se passar para outro nível categorial, definido por uma maneira mais complexa e concreta de compreender a mesma totalidade. A metodologia das teorias sociais dialético-sistemáticas envolve tanto um movimento de ‘empurrar’ como um ‘puxar’ [...]. As deficiências de um determinado nível categorial, ou seja, a incapacidade desse nível de abstração em responder adequadamente à autorreprodução da totalidade dada, ‘empurram’ a teoria para a próxima fase. O imperativo teórico de não concluir a ordenação sistemática até que a totalidade dada tenha sido plenamente compreendida ‘puxa’ a teoria até seu ponto final [...]” (SMITH, s.d., p. 1, tradução dos autores). Ao longo de “*The Place of the World Market in Marx’s Systematic Theory*”, Smith apresenta mais detalhadamente as distintas descrições dessa totalidade (i.e., o modo de produção capitalista) a partir, especialmente, do local sistemático da categoria “Mercado Mundial” (“*World Market*”). Sobre isso, ver também SMITH, T. *Globalisation: A Systematic Marxian Account*. Boston: Brill, 2006.

que o método que ele empregara fora muito pouco compreendido<sup>11</sup>. No entanto, para Smith, é possível reconstruir seus protocolos de investigação em geral (SMITH, 1990). Podemos pensar o pensamento e construir uma ordenação das suas categorias essenciais como nos textos de *O Capital* ou da *Ciência da Lógica*. Assim, no âmbito da Economia Política, a análise de Marx emprega uma estrutura desenvolvida a partir da teoria do silogismo da Lógica de Hegel na medida em que também explora as mediações dialéticas que ligam a universalidade, a particularidade e a individualidade.

Smith clarifica a estrutura de *O Capital* comparando as principais características do conceito marxiano de capital às perspectivas não-marxistas. Não obstante esses teóricos não-marxistas possam discordar a respeito de uma série de temas, de acordo com uma leitura marxiana, suas opiniões compartilham da mesma falha fundamental—nenhuma reconhece a subordinação sistemática dos circuitos “Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria” aos circuitos “Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro”:

[...] o capital é simplesmente um termo geral que se refere a qualquer coisa utilizada nos processos de produção e distribuição – de ferramentas, matérias-primas e [...] o assim chamado “capital humano” [...] ao capital que compra esses insumos. Mas o uso de ferramentas, matérias-primas e [“capital humano”] precedera os primeiros hominídeos, e inúmeras formações sociais pré-capitalistas usaram o dinheiro para comprar produtos. Esse uso [...] oculta a natureza historicamente específica do capital no capitalismo contemporâneo. Para Marx, o “capital” é inicialmente definido como o princípio unificador subjacente aos circuitos D-M-D’ [Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro]. Na medida em que a dominação desses circuitos é historicamente específica do capitalismo moderno, também o é esta definição (SMITH, 2014, p. 22, tradução dos autores).

De maneira geral, “o capital como valor-em-processo começa com o dinheiro, continua na produção e circulação de mercadorias e culmina com uma apropriação de dinheiro superior ao investimento inicial, pronta para reinvestimento”. No próximo estágio de complexidade e concretização, então, “os circuitos [Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro] são expandidos através da distinção entre mercadorias-*inputs* (M) (meios de produção, tais como matérias-primas, maquinaria, planta, força de trabalho, etc.), mercadorias-*outputs* e o processo produtivo (P) em que a força de trabalho é ajustada para trabalhar em outros insumos para produzir *output*” (SMITH, 2014, p. 23). O autor esclarece:

---

<sup>11</sup>Para Smith (1993, p. 47), isso acontece porque Marx deliberadamente minimizou as referências metodológicas em *O Capital*.

[e]m um mundo social dominado pelos circuitos de capital, é legítimo falar de: 1) o dinheiro inicial investido [...]na] sociedade como um todo em um determinado período; 2) o conjunto agregado de mercadorias produzidas e distribuídas nesse período; e 3) a soma total do capital-monetário apropriado das vendas dessas mercadorias na sua conclusão, depois de circuitos individuais de capital terem seguido seu curso. Nesta perspectiva, o “capital” pode ser definido como valor em processo no nível agregado. Nenhuma formação histórica anterior tornou a expansão incessante da mais-valia (a diferença entre D [Dinheiro] e D' [Dinheiro']) o fim último da vida social (SMITH, 2014, p. 23, tradução dos autores).

Para Smith, Marx— por um lado, desprovido de uma interpretação realmente adequada do método de Hegel; e, por outro, procurando minimizar referências à ciência dialético-sistemática hegeliana em *O Capital*—, não reconheceu precisamente “quais categorias da Lógica de Hegel entram em jogo na crítica da economia política” (SMITH, 2014, p. 36). Para ele, um exame da teoria marxiana do capitalismo sob o ponto de vista da ontologia social revela que essa articula um silogismo dialético em que o capital representa o universal; o Particular, o movimento “Capital Monetário – Meios de Produção/Força de Trabalho → Mercadoria' → Dinheiro'” e, por fim, o individual (ou singular) é representado pelos agentes individuais:

O capital representa um princípio universal que é diferenciado em um número de tendências particulares. A tendência mais básica é que o capital passa por diferentes estágios de um circuito de acumulação de capital. Primeiro, assume a forma de capital monetário a ser investido (CM). O investimento é então feito na compra de dois tipos diferentes de mercadorias, os meios de produção (MP) e força de trabalho (FT). A força de trabalho é, então, ajustada para trabalhar sobre esses meios de produção em um processo de produção (P), [cujo] resultado é um novo tipo de mercadoria ( $M^1$ ). Com sorte, a mercadoria produzida é [...] vendida por uma quantidade de dinheiro que excede o investimento inicial (D'). Quando isso acontece, o circuito do capital foi concluído. Capital foi acumulado e agora pode ser reinvestido, começando o circuito novamente. [...]. Finalmente, o capital universal, progride através dos momentos particulares de seus circuitos somente através das ações de homens e mulheres individuais agindo como investidores, trabalhadores assalariados, consumidores e assim por diante (SMITH, 1993, p. 27, tradução dos autores).

O que Marx estaria defendendo, para Smith, em síntese, é que o capital deve ser compreendido como um “sujeito” absoluto no sentido hegeliano do termo (SMITH, 2014). Marx considerou o Absoluto de Hegel um “universal ‘auto-efetivante’” que exterioriza a si mesmo, e volta a si, em uma série de formas –desdobramento que encarna uma “Lógica do Conceito”. Essas determinações específicas não são de interesse nelas,

senão na contribuição à autorrealização do Absoluto. No modo como Smith analisa a relação Hegel-Marx, o capital, autovalorização do valor, deve ser compreendido exatamente nos mesmos termos e as determinações particulares do valor-em-processo constituem a auto-externalização do capital e retornam a si mesmas. Para Smith, então, quando Marx nos fala em “sujeito” e “substância automovida” para fazer referência ao capital, ele está afirmando que a lógica do capital instancia a Lógica de Hegel do Conceito e que o capital é um universal distinto de seus momentos, ao mesmo contínuo e idêntico a esses momentos, que, juntos, constituem o processo de autovalorização do capital (SMITH, 2014).

A homologia entre a Lógica do Conceito de Hegel e a lógica do capital parece exata e completa. Entretanto, Smith atenta, “[a] relação de troca se estabelece como [...] extern[a] e independente aos produtores” e o que originalmente apareceu como “meio à promoção da produção torna-se, pois, uma relação estranha aos produtores” (SMITH, 1993, p. 29, tradução dos autores). O capitalismo é definido, então, através de uma Lógica da Essência contraditória, “do qual não podemos escapar sem a criação histórica de uma nova forma de sociabilidade” (SMITH, 2014, 36). Colocando-se mais pormenorizadamente,

[a] ontologia social da produção generalizada de mercadorias é definida por duas Lógicas da Essência completamente incomensuráveis no sentido hegeliano do termo. Por um lado, o valor é a essência que as mercadorias devem possuir para desempenhar um papel na reprodução social. Essa essência aparece adequadamente na forma do dinheiro que valida a produção dessas mercadorias. Mas o valor das mercadorias é um reflexo da forma tomada pela socialidade humana em nossa época e o dinheiro que manifesta valor não é senão a aparência fetichizada desse tipo de essência completamente diferente. Cada afirmação da essência é incompatível com a outra; nenhuma pode ser reduzida ou explicada pela outra (SMITH, 2014, p. 32-3, tradução dos autores).

Smith esclarece sua leitura:

Essa lógica da essência [...] peculiar [...] não é superada quando Marx se move para o nível mais concreto da investigação. As mesmas contradições e antagonismos fundamentais permanecem depois que Marx estabelece que a produção generalizada de mercadorias é a produção capitalista. Em contraste com a dialética sistemática afirmativa de Hegel, na qual os níveis posteriores superam as contradições e deficiências fundamentais examinadas anteriormente, na dialética crítica sistemática de Marx, os níveis teóricos mais complexos e concretos reproduzem e aprofundam as contradições e as lacunas iniciais. Mais especificamente, o conceito de capital de Marx não supera o fetichismo que era [...] característica do nível inicial da [sua] teoria [...]; o conceito de capital é o conceito de capital-fetichismo (SMITH, 2014, p. 33, tradução dos autores).

De acordo com a chave de leitura de Smith à estrutura de *O Capital*, o capitalismo não instituiria a reconciliação da universalidade, da particularidade e da singularidade que instanciam a Lógica do Conceito no âmbito sociopolítico. No caso do modo de produção capitalista, “[o] caráter social da atividade, bem como a forma social do produto e a participação dos indivíduos na produção, aparecem [...] como algo estranho [...], não como [...] relação [de] uns com os outros, mas como sua subordinação às relações que subsistem independentemente deles” (SMITH, 1993, p. 30). A produção generalizada de mercadorias envolve uma forma de sociabilidade em que “os produtores não têm garantias *ex ante* de que seus esforços terão realmente um papel na reprodução social” (SMITH, 2014, p. 30), de modo que sua “produção privada deve ser socialmente validada *ex post* através de troca ou então seus esforços terão sido desperdiçados” (SMITH, 2014, p. 30). Em outras palavras, “[o] intercâmbio geral de atividades e produtos, que se tornou uma condição vital para cada indivíduo-sua interligação mútua-aparece aqui como algo estranho a eles” (SMITH, 1993, p. 30, tradução dos autores).

Em síntese, na leitura que Smith faz de Marx, ainda que Marx estivesse correto em ter pensado que as categorias hegelianas iluminam a ontologia social do capitalismo, no âmbito das práticas e instituições sociopolíticas, o conceito marxiano de capital não se encaixa no que Hegel designou a Lógica do Conceito. Para Smith, precisamos procurar por isso noutra lugar:

[...] o momento da universalidade (“autoconsciência universal”) surge apenas na comunidade. [...] podemos concluir que a dissolução de uma universalidade externa não precisa resultar na “emancipação completa dos propósitos da universalidade imediata da ordem universal e o desprezo de tal individualidade por essa ordem[,] [...] uma individualidade reconciliada com uma universalidade não-externa dentro de sua própria comunidade. [...] A democracia socialista pressupõe a base material da capacidade produtiva avançada; no entanto, também pressupõe solidariedade. E o que é solidariedade por um princípio universal que une os indivíduos dentro de uma comunidade de uma forma não-externa? (SMITH, 1993, p. 34, tradução dos autores).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma leitura informada de *O Capital* precisa fazer escolhas metodológicas. O cerne das disputas entre as distintas interpretações de Marx de *O Capital* são as relações entre história e desenvolvimento sistemático-conceitual. As novas leituras hegelianas de *O Capital* enfatizam a transição de uma categoria para a outra e colocam-se na contrapartida das leituras histórico-materialistas, que procuram descrever o desenvolvimento e a sucessão de padrões distintos de formação social a partir de relações de produção em geral. De maneira sucinta, as

abordagens relacionadas à *Nova Dialética* defendem leituras não-metafísicas de Hegel e o argumento de acordo com o qual Marx utiliza categorias da sua Lógica para organizar sua exposição por meio de uma série de movimentos em um sistema autossustentado envolvendo relações de interdependência e de necessidade dialética. Assim, na medida em que Marx viu o capitalismo como um sistema de elementos e processos interdependentes, diversos aspectos da ciência dialético-sistemática hegeliana são relevantes à compreensão de *O Capital*.

Para Tony Smith, a lógica de Hegel pode ser interpretada de forma materialista. O que Smith pretende provar é que *O Capital*, em seu método de apresentação das categorias da economia política, deriva sua capacidade de crítica e cientificidade do recurso à teoria hegeliana do silogismo na medida em que também explora as mediações dialéticas que ligam a universalidade, a particularidade e a individualidade. De acordo com a leitura não-metafísica de Smith, a Lógica hegeliana representa a progressão de categorias articuladas em crescente complexidade e sistematicidade, ou seja, as categorias devem ser ordenadas de acordo com os princípios sistemáticos e suas relações dialéticas explicadas. Para ele, esse é o mesmo método que Marx utiliza nas análises de *O Capital*, apresentado através de uma progressão sistemática de categorias socioeconômicas que reconstróem o modo de produção capitalista no pensamento, começando com a categoria abstrata mais simples e avançando a um todo concreto. Smith destaca que a teoria do silogismo de Hegel não apenas exige uma abordagem sistemática para o que deve ser explicado, mas cada termo, "Individual", "Particular" e "Universal", por sua vez, deve tomar a posição do meio-termo, constituindo a totalidade que faz com que o objeto seja o que ele é. Um exame da teoria marxiana do capitalismo sob o ponto de vista da ontologia social revela que este é articulado em uma estrutura silogística em que o capital representa o universal; o particular, os diferentes estágios de um circuito de acumulação de capital e, por fim, o individual é representado pelos agentes individuais.

Quando utiliza em "sujeito" e "substância automovida" para fazer referência ao capital, Marx está afirmando que a lógica do capital instancia a Lógica de Hegel do Conceito e que o capital é um universal distinto de seus momentos, ao mesmo tempo, contínuo e idêntico a esses momentos, que, juntos, constituem o processo de autovalorização do capital. No entanto, a relação de troca aparece como um poder externo e alheio aos produtores e o que originalmente apareceu como meio à promoção da produção torna-se, pois, uma relação estranha aos produtores. Deste modo, enquanto, na lógica hegeliana, as contradições da Lógica da Essência são superadas no avanço para a Lógica do Conceito, na dialética marxiana, essas contradições se repetem de maneiras sucessivamente mais complexas e concretas. Para Smith, ainda que Marx estivesse correto em ter pensado que as categorias hegelianas

iluminam a ontologia social do capitalismo, no âmbito das práticas e instituições sociopolíticas, o conceito marxiano de capital não se encaixa no que Hegel designou a Lógica do Conceito. Assim, o capitalismo não institui a reconciliação da universalidade, da particularidade e da singularidade que instanciam a Lógica do Conceito no âmbito sociopolítico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRASER, I.; BURNS, T. Introduction: An Historical Survey of the Hegel–Marx Connection. In: BURNS, T.; FRASER, I. (Eds.). *The Hegel-Marx connection*. New York: St. Martin's Press, 2000. p. 1–33.

HARTMANN, K. Die Ontologische Option. *Zeitschrift für Philosophische Forschung*, v. 33, n. 4, p. 638–641, 1979.

\_\_\_\_\_. Hegel: A Non-Metaphysical View. In: *Hegel: A Collection of Critical Essays*. [s.l.: s.n.], 1972, p. 101–24.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830): I - A ciência da lógica*. Tradução, notas, glossário e bibliografia de Paulo Meneses et alii. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. Tradução, notas, glossário e bibliografia de Paulo Meneses et alii. Recife, PE: UNICAP; São Paulo, SP: Loyola; São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

\_\_\_\_\_. *A teoria hegeliana do silogismo: tradução e comentário*. Tradução Federico Orsini. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

LEVINE, N. *Divergent Paths: The Hegelian foundations of Marx's method*. Lanham, MD: Lexington Books, 2006.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política; livro primeiro - o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PINKARD, T. P. *Hegel's Dialectic: The Explanation of Possibility*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. The Logic of Hegel's Logic. *Journal of the History of Philosophy*, v. 17, n. 4, p. 417–435, 1979.

SMITH, T. *The Logic of Marx's Capital: Replies to Hegelian Criticisms*. New York, NY: SUNY Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Dialectical Social Theory and Its Critics: From Hegel to Analytical Marxism and Postmodernism*. New York, NY: SUNY Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *The Role of Ethics in Social Theory: Essays from a Habermasian Perspective*. Albany: State University of New York Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Hegel, Marx and the Comprehension of Capitalism. In: MOSELEY, F.; SMITH, T. (Eds.). *Marx's Capital and Hegel's Logic*. Leiden: Brill, 2014. p. 15–40.

**Endereço postal:**

Programa de Pós-Graduação em Filosofia PUCRS  
Avenida Ipiranga, 6681 – Prédio 5 Porto Alegre, RS, Brasil

Data de recebimento: 07-01-2016

Data de aceite: 14-01-2016